

339 imóveis podem ser tombados

MEMÓRIA Determinação da Justiça de Goiás é resultado de ação do MP. Levantamento foi elaborado com base em inventário feito por Iphan e UFG

Jéssica Torres
jessica.torres@opopular.com.br

A Prefeitura de Goiânia deverá instaurar os procedimentos administrativos para a análise de tombamento de 339 imóveis de relevante valor histórico e cultural. A execução de sentença do juiz Leonardo José de Oliveira, da 2ª Vara da Fazenda Pública Municipal, dá um prazo de 30 dias para o cumprimento da determinação. O Executivo foi intimado no dia 5 de setembro.

A determinação ocorre quase seis anos após o Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO) ter entrado com uma ação civil pública pedindo a preservação dos bens históricos da capital. Casas e prédios antigos são alvos frequentes de demolições.

A Prefeitura de Goiânia, por meio da assessoria de imprensa, confirmou que recebeu a sentença e está providenciando o acatamento provisório para um tombamento futuro. Isso significa que nenhuma dessas propriedades poderá ser demolida e, caso haja descumprimento, é configurado crime. No entanto, o Município não divulgou a lista dos bens acatados.

Autora da ação, a promotora de Justiça Alice Barcelos diz que o objetivo foi trazer um olhar mais atento ao patrimônio histórico, que tem sido impactado com as expansões imobiliárias. “É possível preservar com desenvolvimento. O processo de urbanização da cidade não tem como ser parado, mas podemos caminhar juntos, ter um equilíbrio para conviver harmonicamente, afinal uma coisa não impede a outra”, esclarece.

No entanto, ela destaca que o município não vinha tratando

ção a cumprir que está pendente”, afirma.

O inventário que aponta 339 imóveis históricos na capital foi produzido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em convênio com a Universidade Federal de Goiás (UFG). Parte do recurso empregado no levantamento é oriunda da compensação de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). De acordo com o promotor Juliano de Barros, que destinou o recurso, o trabalho foi fundamental para a conclusão do processo.

O estudo reúne informações das residências, e consta que todas foram construídas entre os anos 1930 e 1970. A maioria delas está localizada nas regiões do Centro, Setor Sul e Setor Campina e possuem como referências o modernismo e art déco.

Desde a conclusão da pesquisa, o POPULAR apurou que ao menos três delas já foram demolidas. Por isso, a arquiteta e membro do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás (CAU-GO) Márcia Guerrante destaca a urgência da situação. “Estamos correndo riscos. Porque se não houver uma atenção voltada para esses locais, eles serão destruídos”, alerta.

“É preciso valorizar esses imóveis, porque eles são registros da nossa memória”, diz Márcia. Ela destaca ainda que a arquitetura da cidade vai muito além do âmbito do art déco. “Temos um acervo riquíssimo que precisa ser visto e mais valorizado”.

No entanto, o promotor destaca: “Uma pessoa que protege a casa que tem uma história quer mantê-la precisa ter algum tipo de benefício”. O Plano Diretor fala em zona de interesse históri-



Tombado: painel é o que restou de imóvel na Rua 16, no Centro, que foi demolido para virar um estacionamento

Plano Diretor de Goiânia não inclui bens acatados

Atualmente apenas 56 imóveis são tombados em toda Goiânia, segundo dados apontados pelo Ministério Público de Goiás (MP-GO). Os locais, no entanto, são os únicos que constam dentro do Plano Diretor de Goiânia, conforme ressalta a promotora de Justiça Alice Barcelos. Os demais 339 levantados como patrimônio histórico da capital foram “esquecidos”. “Eles já estão acatados (sujeito a tombamento) e deveriam fazer parte do Plano”, afirma. Além disso, até hoje não existem definições de políticas públicas sobre o

tema, de acordo com Alice. “Para que os bens sejam realmente tombados, precisamos antes disso que o município diga quais são os parâmetros que seguirão para decidir o que será mantido na paisagem, o que vamos preservar e de que forma”, destaca. O artigo 39 do Plano Diretor sugere a implantação de políticas institucionais que criem incentivos fiscais aos proprietários de imóveis tombados ou acatados. Além disso, é citada a elaboração de um Plano Municipal de Preservação do

Patrimônio Cultural do Município. Já no artigo 76, do documento, é apontada a necessidade de fiscalização e monitoramento dos bens tombados pelo município. As iniciativas elaboradas são fundamentais, segundo a arquiteta Conselheira de Arquitetura e Urbanismo de Goiás (CAU-GO) Márcia Guerrante, isso porque a maioria não tem interesse na iniciativa. “Vimos casos de proprietários que pagam altos custos mesmo restaurando o design do lugar, ao invés de serem isentos ou receberem algum tipo de incentivo”.

Comunicado a 9.776 proprietários dos veículos Tiguan Allspace, Novo Jetta e Golf.

A Volkswagen do Brasil convoca 9.776 proprietários dos veículos Tiguan Allspace, Novo Jetta e Golf, incluídos nos intervalos abaixo relacionados de chassis não sequenciais, a contatar uma Concessionária Volkswagen para o agendamento da substituição das molas da suspensão traseira.

MODELOS	ANO-MODELO	CHASSIS NÃO SEQUENCIAIS
Tiguan Allspace	2018	JM180701 até JM223151
	2019	KM004199 até KM005197
Novo Jetta	2018	JM502410 até JM506377
Golf	2015 até 2019	FM069607 até FM081395
		G4000591 até K4000229

Data de fabricação dos veículos:
de 6/2/2015 até 22/2/2019

Data do início do atendimento:
3/10/2019

Local de agendamento e atendimento do serviço:

como prioridade o assunto e diante disso moveu a ação. De lá para cá foram anos de tramitação e recursos. “A luta começou em 2013, mas ela se materializa agora. O município tem uma de-

“
O processo de urbanização da cidade não tem como ser parado, mas podemos caminhar juntos, ter um equilíbrio”

Alice Barcelos,
promotora de Justiça

co, mas não há uma definição clara. “Quando o proprietário pede autorização da Prefeitura para uma reforma ou demolição e há demora na definição, ele segue para a Justiça e consegue”, diz Barros.

OMP já tinha um trabalho anterior de levantamento parcial de bens públicos e privados que seriam de alguma relevância histórica que começou em 2010 e a promotora não desistiu do objetivo. A promotora destaca que tanto o município, quanto o Estado e União são responsáveis por esse cuidado. “Tivemos já algumas vitórias e caminhamos para mais uma”, comemora. Entre elas, Alice salienta a Praça do Cruzeiro, que foi o primeiro tombamento feito na capital por meio de decisão judicial, realizado em 2014.

Rede de Concessionárias Volkswagen.

Componente envolvido:

Molas da suspensão traseira.

Razão técnica:

Foi constatada a possibilidade de as molas da suspensão traseira terem sido fabricadas com matéria-prima que não atende as especificações do produto.

Risco:

Possibilidade de quebra das molas da suspensão traseira, com o comprometimento da dirigibilidade do veículo e risco de acidentes com danos físicos e materiais aos ocupantes e a terceiros.

Solução:

Substituição das molas da suspensão traseira.

Notificação:

Esse serviço é gratuito. O tempo de reparo é estimado em 1h15.

Para melhor informar e atender os clientes, a Volkswagen do Brasil enviará cartas aos proprietários dos veículos envolvidos nesta ação.

Para verificar se seu veículo está afetado nesta ação ou para informações adicionais, consulte a Central de Relacionamento com Clientes pelo telefone 0800 019 8866 ou acesse o site www.vw.com.br



Volkswagen do Brasil